

DEPARTAMENTO DE LETRAS

A ESCRITA PSEUDO-ETIMOLÓGICA EM DOMINGOS CALDAS BARBOSA CARTA A PEDRO RADEMAKER (1780)

Fabiana Miraz de Freitas Grecco (UNESP)

INTRODUÇÃO

**Afsi comoem todas coufas humanas há continua
mudança, afsi he tambem nas lingoagêns.**

(Dvarte Nvnez de Lião, 1606)

Como os demais idiomas românicos, a língua portuguesa é o resultado da contínua e conturbada transformação a que se submeteu o latim com o passar dos séculos. Numa localização temporal que vai do século IV a. C. ao século I da Era Cristã, o domínio romano impôs e a imposição dos seus costumes e de sua língua (então o latim vulgar) fez com que houvesse a romanização dos povos conquistados. A fusão do falar dos romanos e de diversos e diferentes povos se transformou em vários dialetos, formando as chamadas línguas românicas.

A diferenciação e modificação dos diversos *romances* se deram por meio da “diversidade de meio, da extensão territorial e da topografia irregular dos vários domínios romanos, elementos importantes na transformação de uma língua”, como também as causas histórica: “as conquistas romanas deram-se em diferentes épocas. Roma não impôs o seu jugo simultaneamente a todos os povos.”; etnológica: “as várias regiões sobre que os romanos estenderam o seu domínio eram habitadas por povos de raças diferentes. Ao receber o latim, cada povo o transformava a seu modo, de acordo com os hábitos fonéticos próprios, processo esse chamado de substrato” e política: “... esta é a mais importante da diferenciação das línguas. Com efeito, enquanto um povo está politicamente sujeito a outro, mantém-se forte a unidade linguística, porém quando se quebram os laços políticos começam as divergências no que diz respeito à língua, impondo a criação de dialetos”, processo esse conhecido como superstrato.” (Coutinho, 1971, p. 43).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

O elemento mais importante das influências sofridas pelo latim em seu processo de dialetação foi o substrato, no qual o conquistador assumia a língua do conquistado. Como exemplos dessa influência temos os povos lígures, ilírios, etruscos, vênets, celtas, bascos e cartagineses. Já nos superstratos, ligado ao desmembramento do império romano, sublinha-se a influência dos povos germânicos e árabes. A importância dos árabes, durante a dominação dos muçulmanos na península ibérica, deveu-se não somente à influência do superstrato linguístico, o *moçárabe*, falado pelas populações cristãs que estavam sob o poder islâmico, mas por formar um novo Estado monárquico: Portugal.

Como resultado do movimento da Reconquista, que envolvia vários nobres de diversas regiões em prol da expulsão dos invasores árabes e reconquista de territórios, foi fundado o Condado Portucale, feudo dado como presente de casamento de D. Afonso VI, rei de Leão e Castela, a D. Henrique de Borgonha, e que se situava entre o Minho e o Mondego, reconhecido como reino independente logo em 1143.

Conforme discorre Rodolfo Ilari (2002), durante o século XII-I, o galego-português dominou o território como língua falada e escrita e foi tida como língua da poesia trovadoresca, visto que foram compostas diversas cantigas, inclusive Afonso X de Castela, no idioma. Porém, com a transferência da capital e da Corte para as regiões de Sintra e Lisboa, o galego-português sofreu influência do hábito linguístico desse centro político, calcado no português culto. Somados os efeitos de três séculos de evolução, o deslocamento geográfico, a forma culta do português e as influências do Humanismo e da Renascença, consolida-se no período quinhentista um padrão para a língua portuguesa, garantindo sua independência em relação ao castelhano.

Tendo em vista que uma língua “não nasce em dia e hora certa, nem evoluciona num momento, de um estado a outro” (Teyssier, 1982, p. 101) e que não podemos traçar rigorosamente os limites que separam um período do outro, citaremos, algumas das periodizações mais utilizadas pelos filólogos, ao tentarmos traçar a história da língua portuguesa. Segundo Ismael de Lima Coutinho, José Leite de Vasconcelos e Carolina Michaëlis de Vasconcelos, a língua portuguesa pode

DEPARTAMENTO DE LETRAS

ser dividida em: época pré-histórica (das origens até o século IX); época proto-histórica (do século IX ao século XI) e época histórica (do século XII em diante).

Ismael de Lima Coutinho, por sua vez, delimita para fins didáticos, ainda, a ortografia da língua portuguesa em três períodos decisivos: o *fonético*, o *pseudo-etimológico* e o *simplificado*, ou etimológico. O período fonético equivale à fase arcaica da língua portuguesa, aproximando a língua escrita da língua falada, não havendo, assim, um padrão uniforme na representação dos sons nas palavras, podendo aparecer em um mesmo documento o mesmo vocábulo grafado de maneiras diferentes. No período pseudo-etimológico, torna-se predominante a influência do latim no idioma. É quando surgem os primeiros tratados de ortografia, como os de Pero de Magalhães Gandavo, Duarte Nunes de Leão, Álvaro Ferreira de Vera, João Franco Barreto, Madureira Feijó, Monte Carmelo entre outros. Por fim, o período simplificado representa-se pela uniformidade gráfica que pretendia a comissão organizada pelo Governo Português ao nomear linguistas como Leite de Vasconcelos, Carolina Michaëlis, entre outros, para realizarem a reforma da língua portuguesa. Tendo essa reforma acolhido somente o português de Portugal, foi selado um acordo entre a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa, intitulado de Acordo Gráfico, para, dessa forma, intensificar-se o intercâmbio literário entre os dois países falantes da língua portuguesa.

Dentre os três períodos pelos quais passou a língua portuguesa, foi somente durante o período pseudo-etimológico que houve o “divórcio total entre língua falada e a escrita”, (Coutinho, 1971, p. 75), e no qual foram escritos diversos tratados que objetivavam justificar tal ruptura no modo como se escrevia e falava a língua portuguesa.

Assim sendo, propomos neste artigo identificar, em uma carta escrita por volta de 1780, pelo poeta brasileiro Domingos Caldas Barbosa ao Senhor Pedro Rademaker, esse divórcio, amparando-nos, como fonte metodológica, no tratado ortográfico vigente na época, qual seja: *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras...* de Luís de Monte Carmelo, 1767.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

Numa primeira etapa, trabalharemos o conteúdo da carta escolhida para análise, situando-a em seu tempo, mediante contextualização histórica tanto de seu autor, como de seu receptor e da sociedade da época, além de expor a repercussão de seu conteúdo. Após esta etapa, realizaremos uma apresentação do tratado ortográfico, que servirá de embasamento teórico para análise do *corpus*, discutindo as suas diferenças e semelhanças, sublinhando as contribuições que Monte Carmelo fez para a escrita da língua portuguesa. Analisaremos, seguidamente à apresentação do tratado ortográfico, a carta do poeta brasileiro, discutindo a sua relação com o modo de escrita vigente na época e sua relação com esse tipo de escrita.

Demonstraremos, portanto, mediante análise ortográfica, a compatibilidade ou não do autor às particularidades da escrita pseudo-etimológica, que foi capaz de travestir as formas vulgares do latim, além de exigir um maior conhecimento de línguas estrangeiras de quem escrevia na época, resultando em uma língua portuguesa “afetada”, “disparatada”, recheada de “símbolos inúteis”, a qual se transformara em um “mistério” que só poderia ser desvendado por “sacerdotes e/ou iniciados” (Coutinho, 1971, p. 75).

O CONTEXTO DA CARTA: O POETA E SEU DESTINATÁRIO

**Poeta vulgarmente é um farroupilha
Osga do ofício: antípoda do agrado
Duns iludido d’outros procurado
A capa do vestir da sopa a pilha.**

(Domingos Caldas Barbosa, 1780).

Domingos Caldas Barbosa (Rio de Janeiro, 1738, Lisboa, 1800) foi aluno do Colégio dos Jesuítas do Morro do Castelo, onde teria escrito sátiras mordazes ao Conde de Bobadela, então representante do poder Real na Província do Rio de Janeiro do século XVIII. Após uma carreira militar infrutífera, partiu para Portugal, matriculando-se em 1º de Outubro de 1763, na Universidade de Coimbra, concluindo grau acadêmico em Leis. Foi protegido pelos irmãos Vasconcelos e Sousa os quais o acolheram e o introduziram na melhor sociedade portuguesa da época. Mesmo recebendo os benefícios da própria Rainha D. Maria I e do Conde de Pombeiro (benefício simples, como Presbítero Secular), foi mesmo nas festas da corte

DEPARTAMENTO DE LETRAS

portuguesa que se destacou como o “Trovador de Vênus e Cupido” (Santos, 1741).

De sua obra, a que mais se destacou foi *Viola de Lereño*, dividida em dois volumes (1798, vol. I- 1836, vol. II), e que trata de uma coletânea de suas modinhas, as mais famosas entre os reinóis da corte de D. Maria I. Porém, descobertos recentemente, vários documentos e demais poemas, mostram outra face do poeta, até então tido como trovador, cantor de modinhas, Caldas passa a ser visto como autor de poesia encomiástica, tão comum a era neoclássica.

A carta escolhida para a análise ortográfica, de sua autoria, faz parte do *corpus* de poesias autógrafas do autor, manuscrito descoberto pelo musicólogo português Manuel Morais, no ano de 1991. Segundo ele, a carta foi escrita em meados de 1780, para Pedro Rademaker, membro de uma influente família burguesa de origem holandesa estabelecida em Lisboa no terceiro quartel do século XVIII, também recebedor de várias mercês da Rainha D. Maria I, bem como do seu neto D. Pedro IV, futuro primeiro imperador do Brasil, e que demonstrara perante a sociedade da época a sua indecisão em relação aos votos que seria obrigado a fazer, a fim de se tornar padre, recebendo, portanto críticas mordazes e impiedosas.

Os 103 versos da carta manuscrita (cf. anexo), pertencentes a uma única estrofe, que preenchem três páginas, discorrem sobre as vantagens e os benefícios em se tornar padre, tentando convencer seu remetente, Pedro, de que as coisas desse mundo como a política, a inveja, o ódio, a ira, não podem atingi-lo, pois ele possui: “O amor da virtude, e da sciencia” e que retirado em seu claustro não ouvirá mais as vozes que o profanavam ou enganavam: “Ouvido, a teu pezar, qual fora ouvias/ Ociozas palavras todas futeis”. Enfim, ajudava o amigo a tomar uma decisão, que a ele parecia a mais correta e que seria também seguida pelo próprio poeta:

Naõ oisas Louca voz de Louca gente
Segue o que mais te importa, e te convem
Deus hé mais teu amigo, e teu Parente:
Ah! queira Deus que eu posa inda tambem
Seguir os acertados passos teus. (Morais, 2003, p. 75- 76).

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

A ORTOGRAFIA DA LÍNGUA PORTUGUESA SEGUNDO LUÍS DE MONTE CARMELO

Orthographia ou orthografia he aquella Arte, que ensina a escrever com acerto as letras de que se compõem as dicções.

(Madureira Feijó, 1734).

A predominância da influência do latim sobre a língua portuguesa, durante o século XVIII, foi intensa ao ponto de serem acrescentados novos vocábulos com aspecto gráfico alatinado e até mesmo as formas mais vulgares também sofrerem um travestimento etimológico. Além do latim, a partir do advento do Romantismo, observa-se a inclusão de vocábulos e influência da língua francesa sobre o português. Dois grandes pseudo-etimologistas do século XVIII compuseram dois importantes tratados sobre a ortografia da época, que pretenderam explicar o modo mais correto de se escrever e falar a língua portuguesa, quais sejam: *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a lingua portuguesa para uso do excellentissimo Duque de Lafoens*, de João de Moraes Madureira Feijó, 1734 e *Compêndio de orthografia, com sufficientes catalogos, e novas regras* de Luís de Monte Carmelo, 1767. Porém, de acordo com a data da carta de Caldas Barbosa, aproximadamente 1780, escolhemos o tratado de Monte Carmelo para a realização da análise comparativa sobre ortografia, visto a proximidade temporal, 1767.

Monte Carmelo propõe, em seu estudo sobre a ortografia, estruturado como um “manual”, algumas regras “paraque em todas as Provincias, e Dominios de Portugal, pollam os curiosos comprehender facilmente a Orthologia, e Profôdia, illo he, a Re[ll]a Pronunciaçam, e A[ssu]ntos proprios da Lingua Portuegeza”, (Monte Carmelo, 1767). Seu tratado apresenta “novos catálogos” que pretendem explicar muitos vocábulos antigos, e antiquados

Para intelligencia dos antigos Escretores Portuegezes, de todos os Termos Vulgares menos cultos, e mais ordinarios”, que se alguma necessidadenam fe-devem usar em Discursos eruditos, das Frafes, e Dicções Cómicas de mais frequente uso, as quaes fe hum bom difernimento nam fe-devem introduzir em Discursos graves, ou fêrios, e finalmente dos Vocábulos, e diversos Abusos da Plebe, mais conhecidos, e contrarios ao

DEPARTAMENTO DE LETRAS

nolho Idioma, os quaes fempre fe-devem corrigir, ou evitar. (Monte Carmelo, 1767).

Por se tratar de um manual em que estão postas as regras e explicações necessárias para se falar e escrever bem a língua portuguesa, o tratado apresenta de forma meticolosa e detalhada, a maneira que seu autor entendia e trabalhava a ortografia da língua portuguesa. Amparado no latim, porém tentando evidenciar não somente as semelhanças, mas também as diferenças entre os dois idiomas (o português e o latim), o autor estabeleceu normas e regras, que muitas vezes demonstravam a hierarquização da sociedade da época, sublinhando o preconceito contra o povo: “Abusos da Plebe” ou à imitação dos “Autores Portuguezes e Latinos” (Carmelo, 1767).

A CARTA DE DOMINGOS CALDAS BARBOSA A PEDRO RADEMAKER E A ESCRITA PSEUDO-ETIMOLÓGICA

A Orthografia, que significa Recta Escritura, he Arte de escrever com acêrto, ou rectamente; e Orthógrafo he, o que rectamente escreve. Orthografia, he Arte de pronunciar bem, ou rectamente, as Letras, Syllabas, &c. emquanto sam Vozes; e Orthógrafo he, o que pronuncia, ou fala rectamente.

(Luís de Monte Carmelo, 1767).

O tratado de ortografia de Luís de Monte Carmelo separa-se em partes, nas quais irá tratar de cada assunto referente à escrita da língua portuguesa, como se deve escrever corretamente os verbos, os nomes e suas respectivas declinações, os sinais gráficos como o “viracento” e também tratará dos “abusos da plebe” quando utilizam erroneamente a língua.

Segundo Monte Carmelo (1767), o Nome pode apresentar-se no singular e no plural e divide-se em: Substantivos, Adjetivos: absoluto, comparativo, superlativo; Concretos, Abstratos, Relativos, Pátrios, Coletivos, Recíprocos, Possessivos, Próprios, Comuns, Pronomes, Cognomes, Agnomes e Pronomes. A representação dos Nomes e suas respectivas declinações estabelece-se, correspondendo ao

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

que dita o tratado de Ortografia de Monte Carmelo, dessa maneira na carta de Caldas Barbosa:

1. Singular/Plural: (a/as, e/es, i/is, o/os, u/us, al/aes, el/eis, il/is, ol/oes, ul/ ues, am ou ao*, aês, aôs, âes ou ões, em/ens, im/ins, em/ens, um/uns, ar/ares, er/eres, ir/ires, or/ores, ur/ures, az/azes, ez/ezes, iz/izes, oz/ozes, uz/uzes). Exemplos retirados da carta de Caldas Barbosa: “Horas”, “Homens”, “vozes”, “envoltos”, “perversos”, “vaôs”, “bens”, “maôs”, por exemplo. *Em relação ao uso do *aõ*, o autor do tratado dá preferência a forma *am*, pois “assim proferem os mais doutos”, por representar uma diferenciação do Castellano, Dões/ Dones (Carmelo, 1767).
2. No caso de nomes concretos (sujeitos com forma) e abstratos (a própria forma) a carta apresenta, respectivamente, as palavras: “Sábios”, “Feroz”, “Cruel”, “Nescio”, “perversos”; “Mentira”, “Verdade”, “Inveja”, “Ódio”, “Ira”, “Humanidade”, “Amizade”.
3. Adjetivos Absolutos: “enemigo *cruel*”, 35º verso; “paz *serena*”, 40º verso; “metais *enganosos*”, 42º verso; “horas *inúteis*”, 46º verso; “homens *perversos*”, 70º verso.

Em *Do Til e feu ufo*, Monte Carmelo, classifica o *til* como “hua Rifquinha como esta ~ que se escreve por cima das Letras”, e se usa para substituir a letra M: em vocábulos escritos com *ão*, como em: “pão, sermão, agravão”, entre outros; em M precedentes como: “acomodar, comandantes”, que na forma latina seria *acommodar*, *commandante*, em Nomes como: “Algũa, Algũas, hũa, hũas”, entre outras e em Nomes femininos que se terminam com *aa* como: *ale-mãa*, *irmãa*, *vãa*.

A representação do *Til* na carta de Caldas Barbosa aparece para substituir a letra M em vocábulos escritos com *ao* ou verbos no plural: “naõ” (*nam*), 1º verso; “confuzaõ” (*confuzam*), 8º verso; “vaõ” (*vam*), 10º verso; “Leaõ”, verso 33º; “amaõ” (*amam*), verso 41º; “derramaõ” (*derramam*), verso 43º; “inflamaõ” (*inflamam*), verso 45º; “taõ” (*tam*), verso 52º; “saõ”, verso 61º; “Irmaõs” (*irmaons*), verso 62º; “vocaçaõ” (*vocaçam*), verso 66º; “cordaõ” (*cordam*), verso 68º; “vaõs”, verso 81º; “resoluçaõ”, verso 83º; “entaõ”, verso 88º; “maõs”, verso 89º; “Convinhaõ”, verso 94º. E em outros casos em que supre a letra M dos nomes femininos terminados em *ãa*: “vãa”, verso 18º; “sãa”, verso 36º.

No tópic: *Do Viracento, e feu ufo*, explica e exemplifica o uso do *Viracento*, que “he hua virgula, que se escreve da parte de cima das Letras para supprir hua vogal, e significar que esta nam se-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

deve pronunciar por causa de Eufonia”, também chamados de *Apóstrofo* e *Synaléfa*, verifica-se geralmente em: advérbios, “d’Alma, d’Almeida, d’Évora”. O pronunciar “de o norte”, por exemplo, “he abufô ou erro da Plebe mais ignorante” (Carmelo, 1767, p. 446). Na carta de Caldas aparece em: “Q’ o Mundo”, 6º verso, supressão de “ue”; “q’ no mar”, 15º verso, supressão de “ue”; “Q’ o mais”, 24º verso, supressão de “ue”; “c’os sábios”, 30º verso, supressão de “o-ô”; “c’os outros”, verso 56º, supressão de “oô”; “d’outro”, verso 85º, supressão de “e”; “q’ eu possa”, verso 101º, supressão de “ue”.

Num mesmo tópico, Monte Carmelo aborda o tema do *Asterisco* significa “que faltam algumas palavras que naquele lugar se deve ler ou escrever e que estão à margem” e do *União* “que serve para unir as sílabas de uma só dicção, para unir diversas dicções parciais de uma total que significa uma só coisa”, aparecem quando há necessidade de unir pronomes com outros vocábulos, pronomes que terminam a significação de verbos, por exemplo: “manda-me, pedenos, rogo-vos” (Carmelo, 1767, p. 450). Na carta aqui trabalhada encontramos o uso do asterisco em: “Nem o feroz Leaô que anda rugindo*”, que indica a frase em latim à margem inferior direita da folha: *Diabolus tanquam Leo rugiens* (Morais, 2003, p. 75). Já a União aparece somente nos versos: 56º, “Amar-mos” e 60º, “acautelarmos”, que desempenha a função de unir um verbo ao pronome que o completa.

No tópico *Do parêntese e seu uso*, o autor explica que os parênteses, também chamado de *interposição* “é tudo o que se escreve entre dois semicírculos como estes ()”, não perturba o assunto principal da oração e que serve para aludir, alegar, comprovar ou confirmar alguma coisa. Na carta a Pedro Rademaker, encontramos o uso dos parênteses em dois momentos, quais sejam: “A ti (com que prazer!) a ti me chego”, 4º verso e “A que o nome Política, (que nome!)”, 50º verso.

O uso da vírgula, exposto no tópico *Da vírgula, e seu uso*, Monte Carmelo explica o significado da vírgula, para que serve e quando se usa. O nome *Vírgula* vem de *Varinha* ou *Vara* pequena e serve para distinguir as partes da oração e dar clareza e sentido a ela. Segundo o autor, a vírgula deve ser empregada sempre: depois de todos os vocativos; depois de vocábulos que se referem a um prece-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

dente, ou pertencem a um parcial conceito; antes de advérbios conjuntivos, disjuntivos ou afirmativos; antes dos relativos; antes do advérbio conjuntivo e comparativo; antes de orações conjuntivas e antes de uma só oração imperfeita e breve. Na carta, a vírgula aparece: 1. depois de vocativos: “Se acaso não perturbam *Caro Amigo*,” 1º verso; 2. antes do advérbio conjuntivo E: “Que o mundo inda não vê errado, *e cego*”, 6º verso, “Em vez de Amor Inveja, *e ódio, e ira*”, 12º verso, “O amor da virtude, *e da sciencia*”, 17º verso; 3. antes de relativos: “Ouve a hum, *que* não chora a tua auzencia”, 19º verso; 4. antes de advérbio comparativo: “Estimes, *como* o pó”, 41º verso, por exemplo.

No tópico Do ponto, e Vírgula, Monte Carmelo trabalhará o uso do ponto e vírgula, sublinhando que se origina a partir do latim: “a que alguns latinos chamam *Cólon imperfectum* e costuma se grafar depois de orações imperfeitas quando se seguem umas a outras, se são extensas e diversas no conceito” ou mesmo antes de advérbios como: mas, porém, porque, entre outros. Esse caso, da presença de advérbios, aparece na carta de Caldas apenas uma única vez: “Se pode santo ser; *mas* hé precizo” (verso 71, p. 1) e no que se refere a orações “extensas e diversas no conceito” onde há, segundo Monte Carmelo (p. 455), “orações diversificantes”: “Que fim vãam gloria he sempre amor perfeito;/ Ouve a hum, que não chora a tua auzencia”, (verso 18). Outro caso que aparece na carta de Caldas se observa na brevidade das orações (Monte Carmelo, 1767, p. 455): quando demasiadamente breves se separam por ponto e vírgula, como em: “Todos os homens; Deus os manda amar” (verso 62, p. 1). Ainda há, na carta, o uso do ponto e vírgula pelo autor, por mais 5 vezes. Não deparamo-nos com essa aplicação do ponto e vírgula no tratado de Monte Carmelo, porém, podemos descrever essa utilização, que está sempre presente antes do pronome pessoal *Tu*, nos versos 6, 9, 12, múltiplos de 3: “Que o Mundo inda não vê errado, e cego;/ *Tu*...”, “Os raios percebeste da verdade;/ *Tu*...” e “Em vez de Amor Inveja, e odio, e ira;/ *Tu*...” (p. 1). Já no verso 16, o pronome antecede o ponto e vírgula, contrário ao uso antes verificado (versos reproduzidos acima): “*Tu*; que sempre nutriste no teu peito”. Como não há regra a ser comparada, supomos que se trata aqui do uso aleatório do ponto e vírgula, confirmando a tese de Coutinho (1971), de que na escrita pseudo-etimológica há uso “disparatado” de “símbolos inú-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

teis”, ou pode ser ainda um recurso poético só verificável por meio de análise literária da carta-poema.

No capítulo referente aos dois pontos, então chamado pelo autor e referindo-se ao nome latino *Cólon perfectum* coloca-se depois de orações imperfeitas ou antes das perfeitas, quando se refere a alguém ou alguma coisa. Na carta de Caldas verifica-se o uso dos dois pontos com a finalidade de referir-se ao seu destinatário Pedro, e segue assim em todo o uso dos dois pontos começando em: “Eu quero hum pouco asim falar comtigo:/ A ti...” (verso 3) e terminando em “Medita nisso bem: Pedro medita:/ Não oisas Louca voz de louca gente”, (verso 96). Após o emprego do primeiro dois pontos utilizado na carta, todos os outros se seguem como para afirmar um conselho, conferindo ao texto um tom marcante de discurso direto.

O uso do ponto final, que significa a conclusão de um assunto, aparece na carta de Caldas somente duas vezes, expresso nos versos: 78 “Pois o jugo de Deus não hé pezado.”, e 103 “Ajuda-me a pedir a grasa a Deus”.

No capítulo referente ao “ponto interrogativo e admirativo”, Monte Carmelo resume-se a dizer que o primeiro serve para dar tom interrogativo à oração e o outro tom de admiração. Na carta de Caldas não há ponto interrogativo, contudo o ponto admirativo aparece: no verso 4 “A ti (com que prazer!) a ti me chego”, verso 50 “A que o nome Política, (que nome!)”, verso 100 “Ah! Queira Deus que eu posa inda tambem”, todos utilizados com a finalidade de expressar admiração ao assunto abordado.

O próximo tópico abordado pelo estudioso da língua portuguesa refere-se aos “Pronomes, Recíprocos, ou alguns Relativos, com outras Dicções, a que se-unem com Accento grave, porque sam têrmo da significaçam dos Verbos” (Monte Carmelo, 1767, p.461). Nesse capítulo, o pronome se une ao verbo por meio da *uniam* como em exemplos retirados da carta: verso 56 “Amar-mos huns aos outros, e falar-mos”, verso 60 “Que hé necessário tudo acautelarmos”, verso 103 “Ajuda-me a pedir grasa a Deus”.

No que diz respeito aos capítulos “Da divisâm das Dicções no fim das regras”, “Das abreviaturas por letras” e “Das abreviaturas com conta romana” não há aplicação dessas regras na carta de Do-

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

mingos Caldas Barbosa. Também o último capítulo “Dos vocábulos antiquados, antigos, vulgares, e cômicos, como também dos vícios, ou abusos, e de suas correções assim na orthologia, como na orthografia”, em que o autor reflete sobre os abusos da plebe das várias regiões de Portugal, como Beira e Além-Tejo, e apresenta um extenso glossário, no qual compara os vocábulos que estão escritos de forma errada e correta. No que diz respeito a esse aspecto, a carta aqui trabalhada também não apresenta palavras que estejam grafadas de forma diferente da regra de Monte Carmelo, ou seja, não há “abuso” na língua portuguesa utilizada pelo poeta.

FINIS

A carta em versos de Domingos Caldas Barbosa, escrita por volta de 1790, segue, de um modo geral, as regras de ortografia expostas no tratado de Monte Carmelo (1767). Algumas particularidades, observadas no tópico anterior, não podem ser consideradas como discrepâncias ou abusos, dada a variedade de conceitos surgidos na época devido à total separação entre a fala e a escrita, mas sim como opções feitas pelo poeta em favor da linguagem poética. Portanto, a carta enquadra-se na fase pseudo-etimológica da língua portuguesa por coincidir, na sua forma de escrever, com vários conceitos expostos no tratado do ortógrafo português utilizado neste artigo.

Apesar de extenso, o tratado de Monte Carmelo não explica algumas formas “travestidas” (Coutinho, 1971, p.76) como o uso da letra *h* em “he” (é), “ahi” (ai), ou do *c* em “Sancto” (verso 29), escrito na carta ora com a letra *c* ora sem (“santo”, verso 71). Porém esclarece algumas dúvidas relacionadas ao uso do *til* que sempre aparece, na maioria dos textos do século XVIII, grafado na letra *o* dos vocábulos terminados em “ão” ao invés de ser posto na letra *a* como é atualmente: naõ, amaõ, irmaõ, então etc., porque substitui a letra *M* (nam, amam, irmam, entam).

A distância entre fala e escrita consolidada na fase pseudo-etimológica resultou em diversas possibilidades de se escrever em língua portuguesa, ora recorrendo ao latim, ao grego, ao francês, ora ao galego-português e castelhano, sempre dependendo dos critérios adotados pelos autores da época. Porém, demonstramos aqui, que al-

DEPARTAMENTO DE LETRAS

gumas teorias foram escritas sobre a ortografia da língua portuguesa, mesmo que contestadas e divergentes, e que serviam como regras para um número restrito de pessoas que tinham acesso ao ensino no século XVIII. Como padre e poeta, o brasileiro Domingos Caldas Barbosa, com seu característico modo de escrever, valia-se das linguagens tanto escrita (cartas e sonetos dirigidos aos reinóis portugueses), quanto verbal (modinhas, lundus, recitais) para sobreviver de alguma maneira à vida no reino. Sua obra escrita, além de deleitar-nos por meio da poesia, serve-nos como testemunho da escrita pseudo-etimológica, dessa fase de tentativas de se estabelecer critérios capazes de diferenciar e sintetizar o idioma português.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA JR., J. Mattoso. *História e estrutura da língua portuguesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1976.

COUTINHO, Ismael de Lima. *Pontos de gramática histórica*. 6ª ed. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica, 1971.

FEIJO, João de Moraes Madureira, S.J., 1688-1741. *Orthographia, ou arte de escrever, e pronunciar com acerto a língua portuguesa para uso do excellentissimo Duque de Lafoens*. Lisboa: Off. de Miguel Rodrigues, 1734.

FURLAN, Oswaldo Antônio. *Língua e literatura latina e sua derivação portuguesa*. Petrópolis: Vozes, 2006.

ILARI, Rodolfo. *Linguística Românica*. 3ª ed. São Paulo: Ática, 2002.

LEAO, Dvarte Nvnes de. *Origem da lingoa portvgvesa*. Lisboa: Pedro Crasbeeck, 1606. <http://purl.pt/50>

LUFT, C. P. *Gramática Resumida*. 12ª ed. São Paulo: Globo, 2001.

MATTOS e SILVA, Rosa Virgínia. *O português arcaico: morfologia e sintaxe*. São Paulo: Contexto, 1993.

MENDONÇA, Renato. *A influência africana no português do Brasil*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

FACULDADE DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

MONTE CARMELO, Luís de. *Compêndio de orthografia, com suficientes catalogos, e novas regras para que em todas as provincias...* Lisboa: Off. Antonio Rodrigues Galhardo, 1767.

MORAIS, Manuel. *Muzica escolhida da viola de Lerenó*. Évora: Estar, 2003.

SILVA NETO, Serafim da. *Capítulos de história da língua portuguesa no Brasil*. Rio de Janeiro; Lisboa: Dois Mundos, [?]

NEVES, Maria Helena de Moura *Gramática de usos do português*. São Paulo: UNESP, 1999.

NUNES. J. J. *Crestomatia arcaica*. 5ª ed. Lisboa: Clássica, [?]

_____. *Compêndio de gramática histórica portuguesa*. 8ª ed. Lisboa: Clássica, 1975.

PALHANO, Herbert. *A língua popular*. Rio de Janeiro: Org. Simões, 1958.

PINTO, Edith P. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Ática, 1988.

SPINA, Sugismundo. *Manual de versificação românica medieval*. Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

TEYSSIER, Paul. *História da língua portuguesa*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

TINHORÃO, José Ramos. *Domingos Caldas Barbosa – O poeta da viola da modinha e do lundu*. São Paulo: Editora 34, 2004.

VERA, Álvaro Ferreira de. *Orthographia ou modo para escrever certo na lingua portuguesa*. Lisboa: Mathias Rodriguez, 1631.

WILLIAMS, Edwin B. *Do latim ao português*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.